



Tempos Modernos e A Corporação Como Elementos Comparativos Entre Sociedades Disciplinares e de Controle¹

Míriam Aparecida SANTOS²
Maurício de Medeiros CALEIRO³
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG

Resumo

Como exemplos claros das sociedades disciplinares e de controle, os filmes *Tempos Modernos* de Charles Chaplin e *A corporação* de Jennifer Abbott e Mark Achbar formam um paralelo entre a instituição da disciplina nas tradicionais fábricas do século passado e os novos mecanismos de controle informacional tecnológico instaurado nas corporações atuais. Assim, pode-se elucidar as conseqüências que cada técnica causa nos indivíduos e no meio social, bem como a necessidade de transformação da consciência consumista e da degradação ambiental, social e cultural da sociedade. As reflexões de Foucault, Deleuze e Marcuse são a base teórica para a interpretação e debate do contexto apresentado.

Palavras-chave: A corporação; Ideologia consumista; Sociedades de controle; Sociedades disciplinares; Tempos Modernos.

1- Introdução

O controle das sociedades no decorrer dos séculos sempre esteve associado ao exercício de poder de determinados setores, classes ou indivíduos particulares a cada época. Nas sociedades de soberania, situadas por volta do século XVII, por exemplo, o rei, soberano ou monarca era quem detinha o poder e comandava as leis e regulamentos sociais. Já do século XVIII à segunda metade do século XX, predomina a sociedade disciplinar, na qual o poder deixa de ser exercido somente por um governante e subdivide-se nas mãos de vários como donos de fábricas, de hospitais, prisões e de qualquer outro meio onde se instituíam técnicas de disciplina. Por fim, no final do século XX e início do XXI, há uma transição das sociedades disciplinares para as

¹ Trabalho apresentado no IJ 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

² Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFV, email: miriam.apdasantos@gmail.com

³ Orientador do trabalho, professor do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFV, email: mauricio_m_caleiro@yahoo.com.br



sociedades de controle, fato que permite ao poder se tornar ilimitado e exercido por inúmeros indivíduos, empresas e meios. Na verdade, “ninguém parece estar no controle agora. Pior ainda — não está claro o que seria, nas circunstâncias atuais, ter o controle” (BAUMAN, 1999, p. 66).

A transição de uma sociedade à outra ocorre por meio da implantação gradativa de novos mecanismos de dominação, resultando, então, na crise dos sistemas instaurados anteriormente. Tanto os mecanismos de dominação utilizados na disciplina, quanto os utilizados no controle resultam em inúmeros efeitos (muitas vezes, negativos) nos indivíduos e na sociedade como um todo, importante reflexão que tem em Renato Ortiz (1994) uma abordagem crítica pertinente principalmente no que diz respeito à transnacionalização da economia, da política e da cultura no século XXI, resultados da implantação das sociedades de controle. Zigmunt Bauman (1999) também enfatiza as consequências dos processos de globalização e a ideologia consumista presente na sociedade atual.

Para tanto, torna-se imprescindível, primeiramente, conceituar as relações de poder e as técnicas da disciplina e controle, bem como cada uma afeta significativamente a vida dos indivíduos nas diferentes sociedades.

2- As relações de poder e a constituição das sociedades disciplinares

2.1- O poder enquanto prática social

O conceito de poder na teoria jurídica clássica consiste na sua associação a um direito, a algo que pode ser transferido ou alienado como um bem qualquer. Nas sociedades de soberania, por exemplo, a constituição do poder político se dava através da concessão do poder dos indivíduos a um soberano por meio de um pacto, um contrato ou um tipo de transação. O soberano, portanto, tinha autonomia para governar a sociedade e as relações sociais (POGREBINSCHI, 2004).

Michel Foucault (1998), ao contrário, analisou a existência de poder nas sociedades não como uma realidade de algo unitário e global, mas sim como formas díspares, heterogêneas e em constante transformação, caracterizando-o como uma prática social constituída historicamente. Nesse contexto, o Estado – ou o soberano como nas sociedades de soberania -, não é mais visto como um aparelho ou figura



central e exclusiva de poder. Existem, paralelamente a ele, relações locais que constituem formas diferentes e específicas em que o poder é expresso e mecanismos que o expandem por toda a estrutura social, fazendo-o assumir as formas mais regionais e concretas, investir em instituições e tomar corpo em técnicas de dominação. Essas relações intervêm materialmente na realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e penetram em sua vida cotidiana, caracterizando manifestações de poder denominadas por Foucault de micro-poder ou microfísica do poder.

O poder não seria, portanto, mera extensão ou prolongamento dos modos de ação do Estado ou do soberano e nem estaria localizado em algum ponto específico da sociedade. Ele consiste em uma prática ou relação que se exerce, se efetua, que funciona e, teria sua resistência, assim como ele, dentro da própria estrutura social (MACHADO, 1998). Ou seja, há uma passagem da análise do poder no macro (presente em instituições como o Estado, ou na figura do soberano) para o micro (presente em localidades ou nos próprios indivíduos). Trata-se de analisar o poder e as relações que ele estabelece sob uma ótica positiva, algo capaz de gerar uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica no contexto da estrutura social.

Na visão de Machado (1998), o pensamento de Foucault em relação a essa produtividade diz ter o poder a função de

[...] gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. (MACHADO. In: FOUCAULT, 1998, p. XVI)

Percebe-se que o poder seria utilizado como uma técnica, um dispositivo, um método capaz de controlar as operações do corpo, assegurar a sujeição constante de suas forças e lhe impor uma relação de utilidade-docilidade. Esse aprimoramento e adestramento do corpo dos indivíduos pelo uso de poderes específicos e tecnologias próprias de controle visando atingir objetivos econômicos e políticos, foram intitulados por Foucault como “disciplina” ou “poder disciplinar” e, como tal, está presente nas sociedades disciplinares, um novo modelo de sociedade que sucede as de soberania. Tal disciplina pode ser exemplarmente observada nas relações entre indivíduos que se



encontram enclausurados, confinados em um tipo de instituição como, por exemplo, a prisão, o hospital, o exército, a escola, a fábrica, etc.

A emergência da sociedade industrial e a consolidação do capitalismo no decorrer dos séculos XVIII, XIX e início do XX, que resultaram na instalação de fábricas e em novas formas de trabalho, relações e meios de produção, tornam-se um exemplo claro para demonstrar a utilização da disciplina pelos donos das indústrias a fim de manipular e explorar a capacidade produtiva dos operários – enquanto indivíduos representando força de trabalho – buscando conseguir seus objetivos econômicos. Nesse caso, o poder disciplinar consiste em uma funcionalidade econômica capaz de gerir o comportamento dos indivíduos e garantir o funcionamento e a manutenção de uma instituição como a fábrica.

Vejamos as características básicas da disciplina e como se dá a sua implantação no sistema industrial.

2.2- A instituição da disciplina

O momento histórico das disciplinas ocorre após a descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Percebe-se a oportunidade de utilização de técnicas capazes de manipular o corpo dos indivíduos, modelá-lo, treiná-lo, submetê-lo à obediência, à resposta, torná-lo hábil, útil e dócil. Trata-se de submetê-lo a um estado mecânico controlando suas forças, seus elementos, gestos, rapidez, comportamentos e tornando-o tanto mais obediente quanto é mais útil (FOUCAULT, 2004). E todas essas operações e sujeições do corpo a um tipo específico de controle é que se intitulam disciplinas. A disciplina, portanto, “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2004, p. 119). Para tanto, utiliza-se de diversas técnicas tais como:

1) A distribuição dos indivíduos em um espaço, na maioria das vezes, organizado e fechado de modo a submetê-los ao desempenho de funções específicas que atenderão aos objetivos que deles se esperam.

2) O controle do tempo gasto pelo corpo dos indivíduos na realização de atividades e operações visando atingir o máximo de rapidez e eficácia no desenvolvimento das ações.



3) A vigilância contínua e permanente como forma de controle imposta aos indivíduos distribuídos no espaço de modo que se sintam constantemente vigiados, analisados, observados em suas ações e que construam em si mesmos, a imagem de quem os olha.

4) Um registro contínuo de conhecimento no qual, ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um modo de produção de saber, isso porque aquele que vigia, também extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia do poder.

Tais características, portanto, se interligam e se adaptam de acordo com as necessidades de quem as utiliza, seja na fábrica, na prisão, na escola, no exército, ou em qualquer outro meio de confinamento.

Outro marco das sociedades disciplinares são os tipos de equipamentos manuseados (máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem), o sistema capitalista (de concentração para a produção e de propriedade) e o funcionamento do mercado (conquistado por especialização, colonização ou redução dos custos de produção) (DELEUZE, 1992).

Consideremos o clássico filme “*Tempos Modernos*” de Charles Chaplin (EUA, 1936), para ilustrar a utilização da disciplina no interior das fábricas como forma de explorar e “adestrar” os operários para atingir os objetivos econômicos dos donos: produzir, vender e lucrar com isso.

Em um primeiro momento do filme, temos a imagem da distribuição dos operários em vários setores de produção, manuseando máquinas ou operando em linhas de montagem por toda a fábrica. Inserido nesse espaço fechado, o operário vê na fábrica a imagem de um meio de confinamento no qual ele é explorado e controlado continuamente. A disciplina é algo que se mostra, se impõe, se anuncia.

Carlitos, personagem principal representado por Chaplin, demonstra bem as funções nas quais o indivíduo submetido à disciplina é obrigado a desempenhar e as respectivas conseqüências de tal processo. Trabalhando em uma linha de montagem no ajustamento de parafusos, ele é cobrado a todo instante a desenvolver maior agilidade e habilidade no exercício dessa função, na qual, um atraso seu, acarretaria o atraso de todo o resto da produção dos demais funcionários. A execução dos mesmos movimentos exaustivamente repetitivos durante todo o dia leva-o a uma especialização de seu



trabalho que, embora não exigisse nenhum raciocínio ou reflexão de sua parte - somente o esforço físico -, atingia ao objetivo esperado pelo dono da fábrica de maior produção por homem/hora.

Percebemos ainda em algumas cenas do filme o modo como que para garantir ainda mais o controle das operações dentro da fábrica, o dono coloca um operário em um determinado setor unicamente responsável por ajustar a velocidade da produção (sempre para maior) na linha de montagem através de uma máquina. Instala também várias telas de transmissão pelos diversos setores (inclusive no banheiro), para que possa, a qualquer momento, conectar-se visualmente com os operários de modo a fiscalizar o seu trabalho e constatar se todos estão desempenhando as funções que lhes foram impostas, simbolizando bem a vigilância contínua e a construção da imagem de quem observa (no caso o dono) no imaginário dos indivíduos. Essa submissão disciplinar demonstrada no filme é forte questão discutida por Herbert Marcuse que, ao avaliar a exploração do operário em um contexto histórico, constata que tal forma de trabalho é uma

[...] escravidão exaustiva, entorpecedora, desumana – ainda mais exaustiva por causa do aumento na velocidade do trabalho, controle dos operadores de máquinas (em vez do produto) e isolamento dos trabalhadores uns dos outros [...] Esta é a forma pura de servidão: existir como um instrumento, como uma coisa (MARCUSE, 1973, p. 43-49).

A questão dos salários, que é um ponto importante de reflexão, é também abordada no filme. Toda vez que o operário se vê necessitado de interromper o seu trabalho devido a um motivo qualquer, como ir ao banheiro, por exemplo, ele deve “passar” um cartão contendo sua identificação em uma máquina – também chamada relógio de ponto - responsável por registrar as horas de trabalho dos operários. Esse tempo no qual ele se encontra ausente da linha de produção da fábrica é considerado “tempo perdido”, não contabilizado como hora de trabalho e, possivelmente, descontado em seu salário no fim do mês, fato que reforça o pensamento de Deleuze no qual a “fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários” (DELEUZE, 1992, p. 222). Além disso, a identificação contida no cartão reflete um exemplo dos dois pólos das sociedades disciplinares: “a assinatura que indica o indivíduo e o número de matrícula que indica sua posição numa massa [...] ao mesmo tempo que o poder é massificante e individuante” (DELEUZE, 1992, p. 223). Isto é, o indivíduo enquanto



inserido em meio a todos os outros operários no interior da fábrica é considerado parte dessa “massa”, desse conglomerado. No entanto, paralelamente a essa massificação, está a individualização do sujeito no desempenho de suas funções, em suas horas de trabalho, em seu salário, etc., que é particular a cada um.

Vemos então que tudo é feito com o objetivo de se extrair ao máximo o tempo e a capacidade produtiva dos operários e, qualquer dispositivo que amplie ainda mais tais resultados é encarado pelo dono como uma técnica positiva para o melhoramento da produção. A cena em que um grupo de homens (supostamente inventores ou empresários) propõe a introdução de uma máquina capaz de alimentar os indivíduos de forma mais rápida e eficaz demonstra bem isso. Menor tempo gasto na refeição significava maior tempo trabalhando na linha de montagem e aumentando a produção.

A cena em que Carlitos se encontra enclausurado na prisão mostra ainda, um dos meios de confinamento por excelência, já que o interno é submetido à vigilância constante, realização de certos movimentos e cumprimento de uma rotina diária específica, sinalizando a constante passagem do indivíduo de um espaço fechado a outro: da família para a escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando o hospital e eventualmente a prisão, sempre numa dependência linear do tempo (DELEUZE, 1992).

Em suma, o filme mostra muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento nas sociedades disciplinares: “concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares” (DELEUZE, 1992, p. 220). Mas assim como as sociedades de soberania foram substituídas pelas sociedades disciplinares, essas também conheceriam uma crise com a instalação lenta e gradual das sociedades de controle, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial com o surgimento de novas tecnologias, redes digitais e modelos comunicacionais, como veremos em seguida.

3- A crise dos meios de confinamento e o surgimento das sociedades de controle

3.1- A transição social

O final do século XX e a passagem para o século XXI sinalizam a transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle que se dá, principalmente, por



meio da explosão de novas tecnologias como computadores, celulares, micro-chips, fibra ótica, etc.; novas formas de comunicação por meio de redes digitais (Internet, web 2.0); e um novo modelo de economia e mercado globalizado. Porém, embora tais inovações tenham proporcionado enormes benefícios para a população em níveis mundiais e um significativo encurtamento da transmissão da informação em uma relação espaço-tempo, elas simbolizam também formas de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos em termos de manipulação, submissão, vigilância e avaliação das ações dos indivíduos e de suas relações sociais (DELEUZE, 1992). Dizer então que as instituições disciplinares entraram em crise significa constatar o surgimento e a implantação progressiva e dispersa desse novo regime de dominação.

O indivíduo não mais transita particularmente entre dois sistemas fechados no qual, em cada um deles, ele se vê submetido à disciplina. Na sociedade atual, em toda parte, em qualquer lugar que se esteja, haverá a presença do controle, seja em casa presenciando a manipulação do discurso político transmitido pela TV, seja no trabalho com o uso de celulares corporativos, no ambiente acadêmico com a obrigação de se acessar emails pelas redes digitais, na rua com a exposição maciça a *outdoors* e propagandas transmitindo uma ideologia puramente consumista de produtos (muitas vezes, fúteis ou desnecessários à manutenção de nossas vidas), ou nos mais diversos lugares imagináveis, independente do tempo que, no controle, é circular.

A sociedade industrial avançada “que faz suas a tecnologia e a ciência, é organizada para a dominação cada vez mais eficaz do homem e da natureza para a utilização cada vez mais eficaz de seus recursos” (MARCUSE, 1973, p. 36). Se a disciplina antes era algo que se impunha e se anunciava em um sistema fechado (como a fábrica que era um meio de confinamento), além de ter longa duração com dependência linear do tempo, os novos meios de controle atualmente ocorrem em formas ultrarápidas, sutis, camufladas, invisíveis e ao ar livre.

A dinâmica do espaço, a transição do “local” para o “global” que representa a mobilidade tanto do homem, quanto do meio (a indústria, a empresa), - e inclusive do mercado que substitui as moedas cunhadas em ouro da disciplina pelas trocas flutuantes de variadas amostras de moeda -, são as principais características que diferem as duas sociedades. Como enfatiza Zigmunt Bauman:

As distâncias já não importam, ao passo que a idéia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”.[...] a mobilidade tornou-se



o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial (BAUMAN, 1999, p, 16-19).

Ou seja, a Internet e os demais meios de comunicação criaram uma forma de divulgar mundialmente as informações e de modo extremamente veloz, transgredindo as fronteiras que antes impossibilitavam essa transição. E isso não ocorre somente no âmbito da informação, há também uma “produção, distribuição e consumo de bens e serviços organizados a partir de uma estratégia mundial e voltados para um mercado mundial” (ORTIZ, 1994, p. 16). É esse fenômeno que se caracteriza como globalização que não é algo que ocorre em escala local, regional ou nacional, mas em escala global, tornando o conhecimento - antes restrito às localidades -, observável mundialmente e aquilo que era mundial, acessível às localidades.

Essa questão da acessibilidade, no entanto, é muito restrita a alguns países ainda em fase de desenvolvimento, nos quais, grandes contingentes populacionais sequer nunca acessaram a Internet e se encontram na margem da exclusão digital em pleno século XXI, com todas as inovações e tecnologias em pleno uso. Esse é um debate longo e importantíssimo para a sociedade atual, porém, não será objeto de análise profundo nesse artigo, sendo apenas citado como uma das conseqüências da implantação das sociedades de controle.

Para estabelecermos então, um paralelo entre as sociedades de controle e as sociedades disciplinares, centralizemos nossa discussão sobre os novos meios de dominação especialmente nas formas de trabalho das empresas atuais (que substituíram as fábricas e transformaram-se em corporações), no sistema capitalista presente nelas e no mercado que se tornou globalizado na década final do século XX.

3.2- Os modos sutis e camuflados de se controlar

O homem da sociedade de controle não mais opera máquinas energéticas no sistema de produção como fazia na disciplina, mas sim “de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência e o ativo a pirataria e a introdução de vírus” (DELEUZE, 1992, p. 224). A empresa surge agora para substituir a fábrica e é baseada em um capitalismo não dirigido para a produção, “mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. [...] O que ele quer vender



são serviços, e o que quer comprar são ações. Por isso ele é essencialmente dispersivo” (DELEUZE, 1992, p. 224).

Tomando como base de interpretação, relatos e análises de alguns executivos e representantes no filme “*A corporação*” de Jennifer Abbott e Mark Achbar (2003), vejamos como as empresas atualmente, também chamadas corporações, se comportam no mercado e no meio social.

As empresas atuais adquiriram o conceito de não-fixidez: elas são mobilidade. Não mais se encontram imóveis, estabelecidas em um determinado local. Operam em escala transnacional, a lógica do seu processo adquire proporções globais. Com um mercado cada vez mais competitivo, as empresas têm interesse em diminuir os custos de produtividade. Para isso, elas fragmentam o processo de produção para locais onde os custos são menores, fabricando, em lugares distantes, as peças que serão montadas posteriormente, como exemplifica Renato Ortiz:

Um carro esporte Mazda é desenhado na Califórnia, financiado por Tóquio, o protótipo é criado em Worthing (Inglaterra) e a montagem é feita nos Estados Unidos e México, usando componentes eletrônicos inventados em Nova Jérsei, fabricados no Japão. O “Ford-Fiesta” é montado em Valência (Espanha), mas os vidros vêm do Canadá; o carburador da Itália; os radiadores da Áustria; os cilindros, as baterias e a ignição da Inglaterra; o pistão da Alemanha; e o eixo de transmissão da França (ORTIZ, 1994, p. 108).

Há, portanto, uma perda na origem dos produtos. Não é mais possível identificar onde foram fabricados, já que diversas empresas fornecem material para a sua produção. O produto não pode mais ser considerado alemão, japonês ou mexicano, ele perdeu sua nacionalidade e agora faz parte de um todo, de uma composição de origens, de características, de unidades produtivas interligadas e, traz consigo, toda uma lógica de consumo inserida, toda uma propaganda mistificada ao seu redor.

A indústria atual, diferente da fábrica disciplinar, se organiza então em corporações globais que são, na verdade, criações artificiais (também chamada de negócios, empresas, comunidades de empresas). Essas corporações abrangem em si um grupo de pessoas trabalhando em conjunto guiadas por vários objetivos, nos quais, o principal deles é obter grandes e crescentes lucros para os donos do negócio. Inclusive perante a lei, a corporação é uma pessoa jurídica, possui uma licença do Governo para operar legalmente como uma pessoa. Pode comprar e vender propriedades, processar e ser processada. Ela conduz um negócio, não mais se estrutura e é coordenada por um



único dono como ocorria na disciplina, mas por um conjunto de donos, os acionistas, que investem dinheiro na empresa esperando o retorno através dos lucros obtidos com a venda de seus produtos.

Outro aspecto que difere as duas sociedades é que na disciplina, a assinatura e o número é que indicavam o indivíduo e sua posição numa massa, enquanto na sociedade de controle o essencial é uma cifra, isto é, uma senha composta de linguagens numéricas “que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou bancos” (DELEUZE, 1992, p. 223).

Dessa forma, o acesso à informação e a posse de senhas ou cifras é que englobam ou excluem os indivíduos. O acesso a uma conta de um banco, por exemplo, é concedido a quem possui uma determinada senha e/ou cartão magnético contendo associações de números específicos a tal indivíduo. O acesso às redes digitais e aos sites virtuais só é possível àqueles que têm uma senha definida e pagam, inclusive, pelo uso dela para acessar a Internet e se conectar mundialmente. O acesso a uma empresa e a contabilização das horas de trabalho de um funcionário não mais é feita pelo relógio de ponto tradicional utilizado na disciplina, mas por um sistema de registro eletrônico do ponto que funciona quando um cartão magnético contendo uma senha é passado por ele.

Já em relação à lógica de retorno dos investimentos de empresários e acionistas nas corporações, esta se sustenta na ideologia consumista criada na sociedade atual e calcada na propaganda, no *marketing*, na embalagem, na marca, mais do que no produto em si. O controle não é mais exercido pela imposição da disciplina, mas por meio da produção de atrações e tentações, da criação de bens e serviços que seduzam o indivíduo, despertem nele a vontade de consumir e, quando este obtém o produto de seu desejo, não se sinta satisfeito e abra rapidamente espaço para outros desejos. A propaganda tem o objetivo de desenvolver esses desejos, impor uma filosofia da futilidade que volta a atenção das pessoas para aspectos fúteis da vida como, por exemplo, o consumo de modismos. O ideal é ter indivíduos desassociados entre si, cuja concepção de si mesmos, o senso de valor, é a quantidade de desejos que conseguem satisfazer. É esse consumismo exacerbado que gera grandes lucros para as corporações e garante a manutenção do sistema.



Corporações não fazem propaganda de um produto, mas de um estilo de vida, um modo de pensar. Para isso, há grandes setores como relações públicas, publicidade, *marketing* e pessoas especializadas como psicólogos que se destinam a encaixar os indivíduos no padrão desejado de consumidor. O comportamento das crianças, por exemplo, é o principal alvo de psicólogos que criam uma propaganda capaz de manipulá-las para que queiram comprar produtos. Há nas corporações inclusive, a figura do espião, indivíduo com a função de criar empresas de fachada para o recrutamento de executivos que, ao se passar por um banqueiro ou investidor de risco, consegue entrevistar funcionários de outras empresas e retirar deles informações sobre a concorrência. Tudo para garantir a elaboração de uma propaganda eficiente que vá estimular e manipular o consumo, aumentando as vendas e atingindo o lucro, que é o objetivo final das empresas. Depoimentos de alguns executivos presentes no filme *A corporação* (2003) ilustram bem isso.

Toda essa estrutura organizada em prol da manipulação da consciência leva à criação de “falsas” necessidades nos indivíduos, ou seja, o despertar de um desejo de compra de produtos que ele acredita ser realmente necessários à sua vida mas que, na realidade, refletem a mais pura ideologia consumista que foi criada e recriada inúmeras vezes em seu subconsciente pelas propagandas e *marketings*, levando-o a comprar cada vez mais convicto de que tal compra é para suprir suas reais necessidades. Nas palavras de Marcuse:

Podemos distinguir tanto as necessidades verídicas quanto as falsas necessidades. “Falsas” são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. [...] A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades (MARCUSE, Herbert, 1973, p. 26).

Dessa forma, as pessoas se reconhecem e se identificam em suas mercadorias, encontram sua identidade no automóvel que consomem, no tênis de marca que acabaram de comprar, nos utensílios de cozinha, no novo modelo de celular recém lançado, no *shampoo* que parece ter sido criado único e exclusivamente para o seu tipo de cabelo (ORTIZ, 1994). O controle é exercido na sociedade pela manipulação e doutrinação da consciência dos indivíduos que, ao se encantarem pela diversidade de produtos cada vez mais criados em torno de uma propaganda sedutora, acabam perdendo o poder crítico da razão, tornando-se submissos e encontrando sua satisfação e



desenvolvimento na realidade que lhes é imposta. Na concepção de Deleuze o “marketing é agora o instrumento de controle social e forma a raça impudente dos nossos senhores. [...] O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 1992, p. 225).

Contudo, os efeitos globais resultantes das novas tecnologias e da transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, vão muito além da manipulação do consumidor. O novo sistema reflete também um legado de graves conseqüências ambientais, políticas, sociais e mesmo econômicas para a sociedade, como podemos ver na reflexão de Bauman, ao dizer que

As viagens globais dos recursos financeiros são talvez tão imateriais quanto a rede eletrônica que percorrem, mas os vestígios locais de sua jornada são dolorosamente palpáveis e reais: o “despovoamento qualitativo”, a destruição das economias locais outrora capazes de sustentar seus habitantes, a exclusão de milhões impossíveis de serem absorvidos pela nova economia global (BAUMAN, 1999, p. 82).

É o reflexo de uma realidade opulenta (daqueles que controlam e investem nas corporações) e ao mesmo tempo miserável (daqueles que se encontram alijados do poder, da tecnologia e dos lucros obtidos nessas empresas) que se encontra a sociedade atual. Realidade que promove, transforma, quebra fronteiras, conquista, mas que também marginaliza, exclui, empobrece e oprime.

4- Considerações finais

A transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle se fez justamente, pela necessidade de desenvolvimento social e pelas transformações que as novas tecnologias causaram nos indivíduos e no meio como um todo. Ambos os mecanismos de dominação se dividem em aspectos positivos e negativos favoráveis ou não a quem os utiliza e a quem se submete a eles.

A disciplina em si, levava os corpos inseridos no sistema fabril a um estado de exaustão e demasiado monitoramento, o que causava nos indivíduos alienação (como no exemplo de Chaplin em *Tempos Modernos* em que seu personagem sofre um surto psicótico nervoso) e revolta (como ocorria nas greves contra o sistema de trabalho implantado na época). No entanto, se a analisarmos somente pelo contexto da tecnologia empregada para aumento da produtividade, esta se mostra bastante eficiente e



promissora para os donos da fábrica que obtinham com isso um nível de produção organizado, padronizado, produtivo e principalmente lucrativo.

Já as novas tecnologias e o surgimento das redes digitais, características das sociedades de controle, possibilitaram a conexão mundial entre pessoas e mercados, (bem como maior interação nesses meios), o aprimoramento de técnicas e conhecimentos (que promoveram melhorias na qualidade e fabricação dos produtos nas indústrias) e o rompimento das barreiras geográficas (que permitiram a transição do “local” para o “global” e quebraram a necessidade de mobilidade física tanto de pessoas, quanto de empresas, bancos, etc.), fatores extremamente benéficos para o desenvolvimento tecnológico e econômico em níveis mundiais.

Porém, as mesmas barreiras geográficas que foram quebradas pelas empresas permitindo a livre transação de produtos e informações globalmente, também enfraqueceram as economias locais de determinados países e exploraram demasiadamente trabalhadores em nível mundial que se submetem a extensas horas de trabalho em troca de miseráveis salários. Temos exemplo disso no filme *A corporação* que relata cenas em que um empresário mostra, por exemplo, uma camisa vendida no Comitê Trabalhista Nacional do setor de vestuário da cidade de Nova York a US\$ 14,99 que teve um custo de pagamento pelo trabalho de US\$ 0,03; ou uma Jaqueta Liz Clairborne feita em El Salvador e vendida a US\$ 178 que rendeu às costureiras US\$ 0,74 como pagamento.

São realidades como esta que mostram a extrema pobreza com que vive grande parte da população mundial, lamentavelmente. Os órgãos governamentais que teriam a função de garantir melhorias nas condições de vida da população, com subsídios e políticas públicas que elevassem a renda dos mais pobres, também perdem força diante da onipresença das grandes corporações. Para se sustentar e desenvolver a economia, o Governo, muitas vezes, privatiza suas empresas, que não necessariamente estão preocupadas com questões sociais, sempre relegadas a segundo plano, mas em garantir que seus produtos sejam vendidos e rendam crescentes lucros para seus donos. Enquanto isso, as riquezas cada vez mais se concentram nas mãos dos mais ricos e a pobreza cada vez mais se generaliza às baixas classes sociais. As corporações e os novos mecanismos de controle não só terão “que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas” (DELEUZE, 1992, p. 225).



Assim como as novas tecnologias e meios comunicacionais contribuíram para o desenvolvimento econômico e o aprimoramento do conhecimento humano, estas também têm o dever e a responsabilidade de utilizar seus meios para a promoção de uma consciência sensata e ética de consumo, dotando os indivíduos de capacidade crítica e reflexiva para saberem distinguir a necessidade da futilidade, seja através da TV, do rádio, da Internet, dos jornais, ou qualquer outro meio informacional. Os órgãos governamentais têm também o papel de garantir o mínimo de acesso virtual a todas as classes (especialmente as mais pobres), seja nas escolas, academias ou centros culturais, reduzindo os níveis de exclusão digital no país. E por fim, é imprescindível que as indústrias adotem meios de produção sustentáveis, para não comprometer os recursos naturais e deixar um legado de escassez dos mesmos para as futuras gerações.

5- Referências bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. 2ª Ed. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BORGES, Altamiro. Origem e papel dos sindicatos. **Teia digital**. Disponível em: http://www.teiadigital.com.br/Central2.0/images/Site_6/origemsind.pdf. Acessado em 25 out. 2010.

DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p.219-226.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir – Nascimento da prisão**. 29ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.115-142.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13ª. E d. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional**. 4ª Ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova: Revista de cultura e política**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a08n63.pdf> . Acessado em: 24 out. 2010.

Filmes

A CORPORAÇÃO (*The Corporation*, Jennifer Abbott; Mark Achbar; Joel Bakan, Canadá, 2003).

TEMPOS MODERNOS (*Modern Times*, Charles Chaplin, EUA, 1936).